

### **3. Críticos, porém estado-cêntricos: Rosenberg, Colás, Panitch e o lugar da política**

#### **3.1 O Internacional em pauta**

Apesar de críticas à ênfase demasiada no Estado soberano na análise do Internacional/Mundial, certos críticos hodiernos (pós-1989) envolvem-se em uma imaginação política empobrecida, por ser ela mesma, paradoxalmente, estado-cêntrica. Em outras palavras, seus pensamentos políticos focam-se, essencialmente, na agência estatal. Neste contexto, a presente argumentação centra-se, neste capítulo, em três autores representativos desta perspectiva.

Ainda, estes se quedam presos a concepções espaciais pouco problematizadas. Neste mesmo espírito, acabam por ligar suas construções teóricas a questões normativas e respostas desgastadas, reforçadas pela não-consideração das novas possibilidades contemporâneas. Deste modo, este capítulo busca desenvolver e explicitar o problema, o motor desta pesquisa, ou seja, a imaginação política moderna – internacionalista e estado-cêntrica – de certos críticos contemporâneos. Desta forma, sua estrutura divide-se em dois momentos: a exposição das idéias principais destes teóricos, seguida de uma crítica a seu quase exclusivo foco no Estado como principal sítio do político.

##### **3.1.1 Império da sociedade civil e apreensão alternativa do Internacional**

Justin Rosenberg (1994) enfoca a crítica à teoria realista de RI, efetuando uma análise, via materialismo histórico, das estruturas sociais – largamente ignoradas na disciplina – e sua relação com os sistemas geopolíticos. Deste modo, este propõe estudar o sistema de Estados soberanos contemporâneo, incluindo uma explicação dos conceitos-chave realistas da balança de poder e anarquia.

Em tal empreendimento, o autor discute o papel da crítica no campo do Internacional/Mundial. Neste contexto, a modernidade é apreendida como uma ruptura, ocorrida há três séculos, com a transição do feudalismo ao capitalismo. Neste período de nascimento do sistema interestatal, as teorias não trabalham com

a compartimentalização do conhecimento do mundo social em disciplinas acadêmicas, Rosenberg cogitando principalmente na distinção entre as esferas política e econômica.

Destarte, tal distinção naturaliza pontos de partida que devemos explicar, constituindo uma divisão reificante do trabalho acadêmico e resultando em um certo fechamento ideológico. Assim, o papel da ciência social encontra-se em desnaturalizar o mundo e suas formas históricas específicas. Por conseguinte, trata-se, nas RI, de integrar ao conhecimento dos sistemas geopolíticos, as estruturas de produção e reprodução da vida social, ao incorporar as reflexões de Karl Marx aos significados usuais de soberania e anarquia.

Isto se manifesta, essencialmente, nos véus teóricos acerca do elo institucional entre a economia capitalista e o Estado soberano. Em outras palavras, a estrutura legal de direitos à propriedade omite as relações de mercado do controle político direto e dos canais de contestação, permitindo fluxos de capitais além das barreiras nacionais. Neste espírito, o autor sugere teorizar o Estado em uma compreensão mais ampla, já que segundo os realistas, a soberania estatal precede a interação – com outros Estados. Assim, esta concepção limitada de soberania, adicionada ao entendimento errôneo da anarquia, indicam parte das lacunas da perspectiva realista.

Deste modo, a própria disciplina de RI tem início, de fato, somente quando vai além das generalizações a-históricas<sup>1</sup> realistas e as pretensas dinâmicas atemporais do sistema interestatal. Para Rosenberg, inserir, na análise, a política doméstica não é suficiente pois “its institutions and practices will inevitably reflect the forms of social power given by a historically specific social structure” (1994, p. 45). Dito de outro modo, a autor busca redefinir o conceito histórico das RI e trabalhar com as tradições teóricas da economia política e sociologia.

Conseqüentemente, o sistema internacional é analisado como uma sociedade, ou seja, constituído por uma série de relações sociais. Rehistoricizar o estudo do Internacional/Mundial, pela identificação das continuidades entre estruturas sociais domésticas e sistemas geopolíticos, significa também ir além da

---

<sup>1</sup> Ao ser a-histórica, a abordagem assume dois problemas: a universalização do particular (seja época, classe, localização geográfica...) e a não-explicação de seus pontos de partida.

separação entre ambas esferas – interna e externa, apreendendo o sistema de Estados soberanos como a expressão geopolítica de uma totalidade social mais vasta. Trata-se, então, de estudar o Estado capitalista como forma particular e suas conseqüências sistêmicas e geopolíticas, que distinguem as sociedades modernas.

Ademais, no âmbito do poder político feudal na Europa, a atividade econômica e a autoridade política não conheciam separação, sendo a apropriação pessoal da terra e o trabalho produtivo combinados à jurisdição política. Logo, não existiam distinção entre as esferas “política” e “econômica”, assim como não havia Estado no sentido moderno, ou seja, Estado autônomo<sup>2</sup>.

Deste modo, o capitalismo constitui o único modo de produção em que é assumido um feitiço “puramente econômico”, sob a forma de uma série de relações de trocas em vez de tributos advindos de relações políticas diretas de dominação. Portanto, existe trabalho livre assalariado e ocorre uma abstração do Estado político, aspectos tipicamente modernos; há liberdade e igualdade, de um lado, e relações não-livres e desiguais, por outro. Na fórmula de Marx, isto toma forma no paradoxo entre a “paradisíaca” cidadania política e as relações sócio-econômicas “terrenas”.

Essas idéias encontram desdobramento, no plano internacional, no reconhecimento da igualdade formal da soberania entre os Estados, concomitante a uma desigualdade material entre as populações nacionais. Logo, existe uma privatização da apropriação da mais-valia que permite a abstração do Estado, como instituição pública “puramente política”. Retornando à expressão marxiana, a comunidade internacional possui seu “paraíso” público – o sistema de Estados soberanos – e sua “Terra” privada – a economia global transnacional.

Por conseguinte, não se pode limitar o estudo à concepção realista de um sistema de Estados analisado nas RI de um lado, e de uma economia global de relações de mercado, apreendida no terreno da economia, por outro, pois ambas as esferas existem de modo interdependente. Além disto,

if it makes sense to describe the modern international system as capitalist, this is not because all its members are assumed to have followed the same path; it is because its dominant institutions have been shaped by liberal states in a way that facilitates the international exercise of capitalist social power. To explore theoretically the capitalist character of this system is indeed to trace the specificity of the dominant modern form of international power (Rosenberg, 1994, p. 88).

---

<sup>2</sup> Percebe-se, neste ponto da argumentação, larga inspiração em Ellen Meikins Wood (2001).

Para Rosenberg, seguindo Marx, a estrutura específica do modo de produção capitalista explica as formas institucionais particulares da modernidade. Nas sociedades pré-capitalistas, o aparato público da lei implicava-se diretamente no processo de extração da mais-valia, os produtores não sendo livres politicamente. Após a transição ao capitalismo, uma nova configuração social aparece, o mercado capitalista possuindo a particularidade de uma mercantilização geral do trabalho.

Deste modo, o contrato de trabalho se concretiza entre iguais legalmente e o processo de apropriação da mais-valia reconstitui-se na esfera privada da sociedade civil, denominada economia. Concomitantemente, o Estado, desencarregado da exploração, assume um monopólio centralizado da jurisdição. Em suma, “the emergence of distinct institutional spheres called the state and the economy is the signature of capitalist society” (Rosenberg, 1994, p.126).

Pensando no Internacional/Mundial, esta forma especial representa, de fato, o ponto de fundação da disciplina – o Estado soberano. Neste espírito, Rosenberg propõe deixar de considerar a soberania como um ponto de partida natural. Assim, liga tal conceito às configurações sociais capitalistas, concebendo-o como uma idéia de distinção entre o Estado autônomo, “puramente político”, e a sociedade civil, “puramente econômica”.

Ademais, tais transformações ocorrem na Europa, em duas fases amplas e sobrepostas. A primeira inclui o processo de construção do Estado e de sua burocracia, definição territorial e jurisdição exclusiva e absoluta. Para as teorias de RI trata-se do início do mundo moderno, no qual a Cristandade medieval é substituída por entidades unificadas territorialmente. No entanto, tal perspectiva contém enganos ao ignorar a transformação liberal do Estado, como visto e a mudança estrutural no significado do político.

Assim, a grande especificidade moderna não é representada, como o sustentam os realistas, pela passagem do Império centralizado ao sistema anárquico. Ao contrário, somente o sentido distinto de política permite a existência do sistema interestatal, imperceptível aos olhos realistas, pois estes abstraem as formas sociais historicamente particulares. Em suma, assiste-se à formação de um novo Império, frente ao aspecto público e político do sistema estatal: sua contrapartida privada, na qual se consuma a mais-valia, o Império da sociedade civil, ainda compreendido como o Império capitalista.

Dito de outro modo, a diferenciação permitiu satisfazer a pré-condição estrutural para a “redefinition of sovereignty as the abstracted social form of the state specific to (and partly constitutive of) capitalist social relations” (Rosenberg, 1994, p.134). Ainda, a interdependência entre as esferas pública e privada leva a identificar, por outro caminho, o conceito de soberania – como forma social – pois se liga à reprodução dessa nova configuração de poder.

Além disto, o autor questiona a associação entre a soberania e as monarquias absolutistas. Neste sentido, a característica política fundamental do absolutismo inclui a monarquia como o apropriador principal e direto da mais-valia. Destarte, não pode haver soberania no sentido (re)definido acima, devido à inexistência de esfera privada distinta em detrimento de um aparato centralizado de extração da mais-valia, uma propriedade gigante (*landlord*).

Trata-se de um modelo político distinto em relação ao feudalismo, ao quebrar a dependência da nobreza à Igreja, criar e manter exército e burocracia, havendo fortalecimento da lei do Rei em toda amplitude territorial. Deste modo, isto resulta no estabelecimento, no seio do Internacional/Mundial, do nascimento do sistema interestatal em Vestfália e Hobbes. Esta idéia se contrapõe à visão de Rosenberg, para quem houve um sistema de Estados absolutistas, iniciado neste momento, mas que não diz respeito à política moderna.

Em seguida, o autor centra-se na problematização do conceito-chave da balança de poder, ligando-a à mão invisível do mercado, fenômeno tido como impessoal e movido por mecanismos automáticos. Fiel ao método de analisar sob a ótica das relações sociais e históricas específicas, este contextualiza a balança de poder, situando-a como o equivalente, na esfera política, à forma social alienada da mão invisível no campo da economia. Assim, existe uma transformação entre o equilíbrio de poder absolutista e moderno, isto é, há uma distinção nítida entre a abstração, anonimato e tecnicismo desta última com os apelos pessoais e dinásticos à posse da terra e às guerras da primeira.

Além disso, as relações feudais de produção e sua fusão do político e econômico tornavam tanto a guerra quanto a expansão política um mecanismo fundamental de apropriação da mais-valia. Tendo isto em vista, no curso deste período, a balança impessoal e seus ajustes, o sistema geopolítico e suas

abstrações não cabiam pois a luta exercia-se militarmente sobre os excedentes, na forma de uma competição territorial entre as unidades políticas.

Entretanto, nas sociedades capitalistas tais processos imperiais realizam-se, principalmente, na esfera privada da sociedade civil. Neste contexto, as guerras e a competição militar centram-se na esfera política internacional, esvaziada de fontes materiais de riqueza, cujo objeto baseava o feudalismo. Considerando a esfera privada como não-política, o Realismo logra unicamente analisar o sistema internacional como uma luta puramente política por dominação, chegando até mesmo a não possuir uma teoria da balança de poder.

No que concerne à anarquia – no sentido usual, ausência de autoridade central – o paralelo entre Estados e firmas é abraçado por teóricos que traduzem a economia neoclássica às RI. Neste âmbito, Rosenberg expõe a utilidade da teoria social da anarquia na produção de Marx como base para um melhor entendimento de interação entre Estados. Mais uma vez, volta-se à descontinuidade das relações sociais capitalistas frente a formas anteriores, ou seja, a substituição das relações diretas de servidão e dominação por vias indiretas do trabalho assalariado livre.

Assim, à “eterna” condição anárquica, o autor rebate um segundo significado do termo, utilizando-o de forma a analisar as dinâmicas de poder no sistema interestatal moderno. Partindo do fetichismo da mercadoria e sua despersonalização – e coisificação – dos processos de reprodução social configura-se uma sociedade anárquica, ou seja, a

personal interdependence (hence the category of the individual) is based on relations of dependence (individuals depend upon mutual exchange) mediated through things (the exchange relations established between their commodities)” (Rosenberg, 1994, p.149).

Ao trazer esta análise ao contexto do Internacional, observa-se a existência de uma pluralidade de Estados soberanos sem autoridade central e com mecanismos impessoais de organização social – balança de poder e mão invisível – escapando de seu controle. Desta alienação coletiva advém a pré-condição para independência soberana e existência de sua ordem.

Neste espírito, idealismo e realismo possuem concepções de anarquia similares, cada uma enfatizando um lado: mão invisível (privada) para os primeiros e balança (pública) para os segundos. Tomando a anarquia, tida como característica *sui generis* do Internacional/Mundial, como uma relação social,

Rosenberg propõe a integração desta disciplina às demais ciências sociais e a forma geopolítica da modernidade capitalista.

Existem fortes afinidades entre os caminhos teóricos de Rosenberg e os de Colás. O primeiro trata da crítica à teoria tradicionalmente predominante – o Realismo –, procurando construir uma compreensão alternativa do sistema de Estados soberanos, utilizando o método marxiano. Assim, se o segundo, igualmente, propõe uma crítica às teorias de RI, situa seu foco na sociedade civil e nos movimentos sociais internacionais, utilizando, teoricamente, parte da explicação elaborada pelo primeiro.

Deste modo, Colás busca trabalhar o que Rosenberg, de certa forma, ignora em seu estudo, os movimentos e seu papel nas mudanças no sistema internacional moderno. Entretanto, ambos convergem na análise das origens históricas do Estado soberano e na ênfase à abstração da sociedade civil, esfera privada em contraposição à pública estatal, tentando desnaturalizar o sistema interestatal e sua dicotomia entre uma economia global sem fronteiras e comunidades políticas distintas. Dito de outro modo, Colás desenvolve a apreensão dos movimentos sociais na mesma perspectiva alternativa do sistema interestatal efetuada por Rosenberg.

### **3.1.2 Sociedade civil internacional**

Colás (2002) parte da mesma separação marxiana, entre a esfera privada da produção e troca e a arena pública do Estado político, representando uma pré-condição para a emergência da sociedade civil. Esta é compreendida como a arena do conflito de classes. Neste contexto, analisa o papel dos movimentos sociais, agência política moderna, no espaço da sociedade civil. Também, estuda histórica e sociologicamente os atores não-estatais nas RI, tendo em vista a interação entre Estado e sociedade civil.

Destarte, o autor indica as três dimensões internacionais da sociedade civil. Primeiro, esta é constituinte do sistema moderno de Estados, entendida como a esfera autônoma econômica ou como a concretização de uma comunidade política

distinta, ambas convergindo no elemento-chave do Estado soberano. Em seguida, sendo a expressão das relações sociais capitalistas, a sociedade civil deve ser apreendida de acordo com sua expansão global. Enfim, representando um espaço ético e político, a sociedade civil sofre influências de forças transnacionais institucionais e ideológicas. Assim, “international civil society is the socio-economic and political space created internationally and within states by the expansion of capitalist relations of production” (Colás, 2002, p.50).

Os movimentos sociais modernos condicionam-se por fatores internacionais. Isto se deve à defesa e propagação de ideologias universais tais como o socialismo, o feminismo ou o nacionalismo, havendo agentes potenciais políticos por toda parte do planeta. Tais movimentos – via internacionalismo – ilustram a possibilidade de haver ação coletiva e força política através do mundo. Por fim, devido a esta organização internacional, os movimentos sociais modernos entenderam a esfera de ação política além do Estado territorial.

Tais características formam a sociedade civil e os movimentos sociais, elementos relevantes para explicar a construção dos Estados modernos e a reprodução global capitalista, pois estes simultaneamente transcendem e reforçam as fronteiras territoriais.

Deste modo, Colás expõe sua definição dos movimentos sociais modernos, ou seja, os identifica como uma mobilização coletiva sustentada e auto-organizada em um grupo visando mudanças política e sócio-econômica. Esta agência transformadora é distintamente moderna ao possuir quatro características específicas: o secularismo – a organização e decisões de seus membros não são de ordem divina –, a filiação aberta, o discurso universal e a comunicação pública. Ainda, este tipo moderno representa uma ruptura na forma e conteúdo da ação coletiva em meio a um novo modo de produção, o capitalismo.

Poucos movimentos sociais escapam do impacto do Internacional. Assim, estes são internacionais conforme sua capacidade de mobilizar membros e reivindicações além das fronteiras estatais – usualmente via comitê, secretaria ou congresso internacional – e seus objetivos políticos considerados como inextricavelmente internacionais, o que é ilustrado por um programa que transcende os limites nacionais. Logo, o Internacional é apreendido por Colás

como as relações entre e através dos Estados, em um ambiente de constante interface entre atores estatais e não-estatais.

Em outras palavras, “international social movements, then, involve the voluntary mobilization of a group across national or state boundaries in the pursuit of social and political change on a self-consciously international scale” (Colás, 2002, p.80). Assim, são internacionais os movimentos sociais que, desde sua gênese, organizaram-se transnacionalmente. O autor percebe três gerações no âmbito desta agência não-estatal: o internacionalismo clássico, no início do capitalismo industrial; em seguida, os movimentos de libertação nacional e as demandas acerca de assuntos como etnia, gênero, ecologia, pacifismo nos países desenvolvidos e, enfim, as alianças, coalizões e redes que contestam os rumos dominantes da globalização.

Desta forma, torna-se fundamental compreender que, na visão de Colás, as sucessivas fases dos movimentos sociais internacionais são concomitantemente causa e efeito da expansão da sociedade civil internacional, ou seja, as transformações do capitalismo global e da expansão da agência política moderna. No que concerne às mudanças nas relações internacionais, os movimentos sociais contribuem neste sentido a partir do momento que desafiam a base da soberania estatal. O exemplo clássico que ilustra tal perspectiva situa-se na Revolução Russa, por estabelecer distintas relações Estado-sociedade em relação às vigentes internacionalmente, pois seus agentes faziam parte de um amplo movimento internacional – da classe trabalhadora.

Desta forma, os movimentos sociais internacionais

should be seen as mediators of international change, standing in a dialectical relation to the international system of states: they shape and are shaped by state sovereignty, but contribute to historical changes in international relations when they subvert the constitutive basis of that very sovereignty (Colás, 2002, p.84).

Tal apreensão busca evitar o excesso de voluntarismo na análise dos movimentos sociais ao reconhecer as poderosas estruturas internacionais. Assim, há duas estruturas-chave que sustentam e reproduzem o sistema internacional, o modo capitalista de produção e a soberania estatal. Ambos relacionam-se em uma totalidade social, o sistema internacional moderno.

De um lado, a soberania moderna implica, historicamente, a distinção entre o econômico e o político, sociedade civil e Estado, esferas privada e pública,

sendo relacionada ao mercado capitalista, sua contrapartida. A esta relação interna corresponde, no âmbito externo, a soberania estatal e sistema internacional, sendo que a mudança estrutural necessariamente envolve transformação nos dois âmbitos-chave do sistema internacional – capitalismo e soberania –, as outras sendo unicamente conjunturais.

Retomando, a ação dos movimentos sociais internacionais, de um modo não-proposital, contribui na emergência, extensão e consolidação do Estado soberano, do nacionalismo e do sistema moderno internacional. Por outro lado, ao desafiar as configurações interna e externa da soberania estatal, estes enfraquecem as estruturas do sistema internacional, exemplificadas pelas revoluções modernas e a ajuda decisiva – prática e ideológica – recebida dos movimentos sociais internacionais. Ao desenvolver relações entre Estado e sociedade civil de forma alternativa, cultivam, de fato, um modo diferente de soberania. Isto se efetivou na forma da abolição – ou de severos entraves às – das relações sociais capitalistas e intentando exportar a revolução por meio do apoio político, militar e econômico, direto e indireto, pelo mundo.

Dito de outro modo,

revolutions that undermine or abolish capitalist social relations domestically not only change the internal nature of a particular state's sovereignty, but also threaten the very basis of the international system by subverting the separation between 'politics' and 'economics' or 'state' and 'civil society' as the prevailing basis of state sovereignty (Colás, 2002, p. 94).

Neste contexto, a Guerra Fria é entendida como o confronto entre a forma capitalista de soberania e sua alternativa socialista, iniciada com a Revolução Russa. Ainda, Colás salienta que as revoluções sociais representam um desafio ao estado-centrismo realista. Nesta ótica, a URSS apreende-se como um desafio geopolítico ao sistema de Estados, não sendo um Estado soberano no sentido discutido, ao não possuir uma esfera privada de extração da mais-valia. Ao recusar tal separação das esferas política e econômica, a URSS saiu do mercado mundial buscando o fim tanto dos mercados quanto dos Estados.

### 3.1.3

#### Os malogros internacionalistas e seus ensinamentos

Colás (1994) pensa o internacionalismo como prática e expressão política cosmopolita, ao centrar-se em uma dimensão planetária de transformações. Deste modo, o autor propõe três principais motivos para explicar os malogros internacionalistas, a saber, o desenvolvimento desigual do capitalismo, a força do nacionalismo e os constrangimentos do sistema internacional, porém sem levar em conta as dinâmicas internas das Internacionais.

Voltando a Marx, este alegou que o pleno desenvolvimento das forças produtivas permitiria condições revolucionárias em escala mundial, levando a uma revolução simultânea em todo planeta. Contudo, esta argumentação possui fortes traços eurocentristas, economicistas e de otimismo “livre-comercialista” (Löwy, 2000, p. 50). Além disto, as condições concretas imprimiram uma competição entre trabalhadores de diversas nações, dividindo o trabalho social e geograficamente, delegando diferentes tarefas para um proletariado diversificado por qualificação, gênero, etnia e religião, sem esquecer os regimes políticos e trabalhistas distintos. Isto se manifesta no internacionalismo dos sindicatos, que combinam protecionismo nacional com solidariedade internacional, constituindo um “nacionalismo internacionalista” e reforçando os laços culturais

A tradição marxista sempre considerou primordialmente a identidade de classe, situando-a acima de tudo, acima das ditas particularistas. Levando em conta a expansão uniforme do capitalismo, o internacionalismo representava a solidariedade em relação às respectivas lutas nacionais, que eram, concomitantemente, internacionais. Logo, como visto acima, a “admiração” pelo aspecto revolucionário do modo de produção capitalista fez os marxistas negligenciar o nacionalismo.

Ademais, houve uma consolidação das culturas nacionais (invenção das tradições e comunidades imaginadas) graças, por exemplo, à educação de massas. Sobretudo, ocorreu a inclusão das massas na política nacional, paradoxalmente uma conquista dos movimentos, a exemplo da luta pelo sufrágio universal. Em outras palavras, “the problem is that working-class and national identity were developing simultaneously in the nineteenth century” (Waterman, 1998, p. 23).

Desta forma, a estratégia dos movimentos considerou os Estados soberanos como permitindo um desenvolvimento mais eficiente do capitalismo e facilitando a organização da classe trabalhadora em cada unidade, atribuindo-lhe um papel instrumental, como quadro imediato de atuação. A visão de Marx intuía,

ainda, um papel “progressista” ao Estado, já que representava um elemento transitório em direção à organização socialista, após acirramento das lutas entre o proletariado e a burguesia (Colás, 1994, p. 519).

Neste contexto, a força política do nacionalismo deve ser considerada como parte da poderosa estrutura do sistema internacional. Colás argumenta que o fato de negligenciar ambos levou ao fracasso das experiências internacionalistas. Considera, ainda, que “as realists correctly remind us, the construction of nation-states often implies a competition for power between states in the international system” (1994, p. 527).

Assim, os crescentes sucessos eleitorais de dois dos principais partidos da II Internacional – o alemão e o francês – levaram a um aumento em importância das questões nacionais em detrimento das internacionais, além do desenvolvimento simultâneo das classes trabalhadoras e do Estado nacional. Deste modo, os partidos confundiram as lutas nacionais das classes trabalhadoras pelos direitos democráticos com a busca no plano internacional por esferas de influência.

O ideal internacionalista turvou-se, assim, pela realidade de poder no sistema internacional, com o apoio à Primeira Guerra por parte da maioria dos membros, ou seja, dos trabalhadores às suas burguesias respectivas. Isto se ilustra, também, pelas dificuldades da III Internacional que passou a não mais discriminar seus interesses dos da URSS, transformando-se de *Estado* operário a “estado-guia”. Assim, o Comintern, ao visar ajudar o estado soviético fragilizado, sobrepôs ambos os interesses, representado por um patriotismo soviético pouco diferente da versão burguesa.

Além disto, ocorreram as dificuldades de um processo de constituição de Estados revolucionários lidando com pressões externas de cunho contra-revolucionário como explicação para a adoção de estratégias burguesas de consolidação estatal no sistema internacional, ou seja, submetendo o ideal internacionalista às realidades do poder do Estado no sistema moderno. Assim, o social-patriotismo da II Internacional é substituído pela pátria socialista soviética na III.

### 3.1.4

## Normativamente estatal

Conforme analisado anteriormente, ao trabalhar a crítica ao positivismo, todas as teorias são constitutivas, ou seja, possuem em seu seio posturas normativas. Isto se evidencia, igualmente, nos três críticos enfatizados no presente capítulo, em sua ênfase no Estado soberano e a apreensão do sistema internacional.

Colás define as suas de modo bastante claro ao situar no Estado o lócus privilegiado dos movimentos internacionalistas, alegando que

far from experiencing a shift toward modes of domination and contestation that transcend capitalist modernity, the present international conjuncture is characterized precisely by the affirmation of modern claims to state sovereignty, democracy, citizenship rights and civil liberties and by the deployment of modern forms of agency through political parties, trade unions and other comparable organizations (2002, p. 13)<sup>3</sup>.

Neste contexto, o autor coloca dois aspectos positivos ligados ao Estado soberano, o nacionalismo das nações oprimidas e a soberania popular. Assim, este defende, em reiteradas oportunidades o universalismo dos sentimentos e movimentos nacionalistas, sobretudo nos países do chamado Sul e os projetos de libertação nacional (2002, pp. 77; 119; 128; 168), o Estado sendo o sítio apropriado para suas aspirações políticas.

Por conseguinte, trabalha as concepções de nacionalismo das nações oprimidas<sup>4</sup> e soberania popular, ao afirmar que “paradoxical as it may seem, the firmest guarantee against global extension of exploitation and alienation (...) lies in strengthening the democratic sovereign state” (Colás, 2002, p. 161)<sup>5</sup>.

Também, Leo Panitch (1997) enfatiza a fundamental relevância do Estado soberano para apreender a ação dos capitalistas e seus opositores, percebendo Estado e capital como parte de uma mesma totalidade. Em sua ótica, privilegia em seu arcabouço analítico as lutas sociais no interior de cada fronteira nacional.

<sup>3</sup> Isto é reiterado tanto em seu artigo anterior (1994) quanto posterior (2003).

<sup>4</sup> Idéia já trabalhada por Marx, nos escritos sobre a Irlanda e Polônia, e posteriormente retomada por Lênin, propondo uma dialética entre a autodeterminação nacional e o internacionalismo proletário, pois a opressão de uma nação por outra contribui para o fortalecimento da hegemonia ideológica burguesa e sua libertação para um enfraquecimento desta (Löwy, 2000, p. 52).

<sup>5</sup> Rosenberg apresenta uma argumentação teórica em um plano mais abstrato mas indica seguir as mesmas posturas normativas, sobretudo ao tratar da URSS e das revoluções modernas (1994, pp. 34-5; 134).

Neste contexto, o autor prega uma estratégia contra-hegemônica no sentido de garantir que as capacidades do Estado sejam direcionadas à realização de propósitos populares, igualitários e democráticos, centrando-se nas demandas nacionais em detrimento do capital internacional. Assim, isto se concretizaria na prioridade a uma economia orientada para dentro – em oposição à opção pelo comércio internacional – com ampla distribuição de renda e dos recursos produtivos e cooperação interestatal para um comércio gerenciado.

Em suma, estes autores privilegiam uma imaginação política estado-cêntrica e (inter)nacionalista, de forma a compreender o foco relevante, para pensar a política, como situado no seio do Estado nacional e seu correspondente internacional, o sistema interestatal, combinando nacionalismo e internacionalismo.

## **3.2 Novas questões, mesmas respostas**

Faz-se necessário, agora, adentrar na apreensão crítica dos três autores privilegiados neste capítulo. Assim, este item se inicia no campo teórico do Internacional/Mundial, prosseguindo na compreensão da globalização e dos movimentos sociais hodiernos e concluindo em seus aspectos normativos.

### **3.2.1 Compreensão alternativa do Internacional**

Convém ressaltar que os três teóricos buscam fazer um estudo crítico em relação às teorias convencionais de RI, consideradas conservadoras – pois são positivistas – como apontado no capítulo precedente. Intentam, inclusive, superar o estado-centrismo dominante nas discussões da disciplina.

Deste modo, Rosenberg (1994) define, em sua introdução, o que entende por teoria crítica. Propõe questionar os pontos de partida – as formas sociais modernas – tidas como naturais e as divisões reificantes do trabalho acadêmico. Em outras palavras, o papel das ciências sociais encontra-se na desnaturalização do mundo e suas configurações acolhidas sem problematização. No plano do

Internacional/Mundial, o autor critica a distinção fundamental entre o interno e o externo – que deixa invisível o objeto a ser explicitado – e seu caráter a-histórico.

Um ponto fundamental de sua argumentação situa-se na associação automática entre soberania e capitalismo. Disto decorre que o Estado absolutista não é soberano pois os fenômenos da soberania estatal e sua distinção entre as esferas política e econômica tocam exclusivamente ao ambiente capitalista. Se este não mantém a divisão rígida entre RI e Economia Internacional, entretanto, sua compreensão do Internacional/Mundial sofre por não problematizar as mediações entre os princípios soberanos e capitalistas.

Assim, quando sugere problematizar a soberania como ponto de partida moderno o faz de modo a considerá-la “as a form of political rule historically specific to the distinctive configuration of social relations which define capitalism as a kind of society” (1994, p. 127). Tal lacuna se assemelha à apresentada quando trata, igualmente, da modernidade compreendendo-a de modo mecânico como capitalista. Deste modo, esta conceituação unicamente de acordo com sua inserção no quadro histórico e nas estruturas do mercado capitalista, em vez de buscar seus laços, atrela resoluções soberanas e capitalistas, tornando possível somente compreender o fim simultâneo de ambos, em uma futura comunidade de Estados socialistas, e não apreender os motivos de seus insucessos – práticos.

Ademais, o moderno sistema internacional apresenta duas estruturas com o modo capitalista de produção e a soberania estatal. Porém, Colás parece privilegiar o primeiro ponto – o capitalismo –, não problematizando o problema da soberania, talvez pensando que em uma ordem mundial socialista esse problema seria resolvido. Esta concepção se refere à posição no Internacional/Mundial de marxistas “clássicos”, que imaginam um mundo pacífico na ordem socialista. Contudo, pode-se refutar tal perspectiva ao apontar que a mesma não parece ajudar a superar tais gargalos teórico-práticos dos movimentos internacionalistas, pois se pensa que o futuro pós-capitalista traz automaticamente o pós-soberano, em vez de problematizar ambos.

Voltando à questão colocada por Linklater, acerca da realização da universalidade socialista em meio aos Estados soberanos que dividem o mundo, a não-problematização da soberania leva a repensar a transição do capitalismo ao socialismo. Isto ocorre pois ao se evitar tal espinhosa dificuldade, “the upshot of this development was that it began to make its own compromise not only with

nationalism but with the traditional methods of conducting relations between states” (Linklater, 1990, p. 65).

Ao ignorar a soberania como configuração que já tenha sido objeto de reflexão de Maquiavel e Hobbes<sup>6</sup>, tais críticos quedam-se incapazes de problematizar, com mais profundidade, o ponto de partida usual do Internacional. Considerando-o mais como uma prática discursiva do que como um fato concreto vestfaliano, destarte, esta outra perspectiva, analisada no capítulo seguinte, representa poderosa resposta ao complexo problema das diferenças entre o abstrato e o real, entre a metafísica e a prática política, representando também a resolução de três problemas: as relações entre o universal e o particular, eu e outro, espaço e tempo.

Na visão desses críticos, devido ao seu monopólio da imaginação política, há uma localização fixa da subjetividade e da política, não havendo nada além dos limites da soberania estatal. Assim, a segurança diz respeito à segurança nacional, a cultura à cultura nacional, apresentando homogeneidade dentro e diversidade, irreconciliável, fora. Deste modo, “the contrast between the quiet incontestability of sovereignty as a principle and the violence that is deployed in its name is surely one of the crucial distinguishing characteristics of modern politics” (Walker, 1995, p. 27). Assim, esta sempre reescreve seus arranjos, como se estivesse sempre igual, congelada no tempo.

Conseqüentemente,

it offers a radically dualistic account of who we are, an account of our split identity as citizens and humans, an identity in which our citizenship has priority over our humanity, or at least has become the necessary condition under which we can aspire to realize our humanity (Walker, 2002, p. 10).

Portanto, verifica-se um fechamento do espaço para debates e poucos autores não são vulneráveis ao fato de não problematizar o Estado soberano, já que as teorias do Internacional/Mundial caracterizam-se por seu discurso de limites, ao demarcar o espaço político e suas conseqüências serem tidas como dadas. Ademais, esta configuração social da soberania estatal foi fixada, por pontos, retas e fronteiras, considerada como condição acabada, o que resulta em debates sobre a globalização opondo os que consideram ou não sua existência ou

---

<sup>6</sup> Esse ponto é aprofundado no capítulo seguinte.

força. Imutável, tal imaginação nos deixa sem alternativa, a não ser “pseudo-escolhas”, entre nacionalismo e supranacionalismo, soberania e intervenção, comunitaristas e cosmopolitas, Hobbes e Kant.

Do mesmo modo, Rosenberg, Colás e Panitch atêm-se a formulações do tipo de “nível de análise”. Estes arguem no sentido de um ponto de partida diferente para as RI, além das limitações a-históricas. Contudo, seu apelo situa-se em pensar uma compreensão alternativa do mesmo sistema internacional. Assim, os autores mantêm-se em uma leitura do Internacional, convencional, insistindo na impossibilidade de refletir acerca do Mundial. Em outras palavras,

in the end we are back at a rather familiar place, one where certain people (called IR specialists) ask particular questions of their self-evident object (the international system). No matter how sociologically and historically aware they and their questions might be, it is hard not to feel that this will continue to give us only limited purchase on world politics (Campbell, 1994, p. 371-2).

Ademais, ao não problematizar as concepções espaciais convencionais das RI, observadas no “nível de análise”, na fórmula de Kenneth Waltz (2004 [1959]), o homem, o Estado e o sistema internacional, as mudanças são apreendidas de duas formas: em termos de ajustes dentro de uma destas categorias – re-equilíbrio da balança de poder, por exemplo – ou de uma categoria para outra, indo do sistema internacional a um governo mundial.

Mais uma vez, isto resulta em perceber que “‘international imagination’ meant working within the confines of the international state system, and addressing a very traditional agenda, albeit from a different perspective” (Smith, 1994, p. 403). Conseqüentemente, os autores impossibilitam-se a analisar questões tais como ecologia, classe, gênero, etnia, globalização, pobreza, situando-se no plano das pesquisas usuais de RI e não desafiando suas bases. Além disso, Rosenberg transpõe elementos de reflexão marxiana das relações sociais entre indivíduos à análise do sistema internacional.

Em suma, ao buscar explicar o sistema de Estados soberanos – mesmo se articulado com as estruturas sociais – os três críticos abordados não são radicais, no sentido etimológico do conceito, já que não chegam às raízes da problemática do Internacional/Mundial: a soberania estatal. Pode-se observar certa

convergência nos propósitos críticos, mas de forma alguma no percurso de pesquisa, com os autores do próximo capítulo.

Desta forma, Rosenberg, Colás e Panitch acabam propondo explicar melhor o que os realistas pensam analisar, ou seja, a política internacional como a interação entre autoridades soberanas, resultando em algo como um “realismo de esquerda”, o internacionalismo. Colás mesmo admite-o, ao posicionar-se ao lado de Carr e seu “realismo utópico” e de Linklater e seu tento de combinar elementos realistas e marxistas, salientando que

cosmopolitanism will have to shed some of its inherent distrust of state-centric approach to political action, and adopt a more *realist* attitude toward both the force of the state in the international system, and its capacity to fulfill many of the political and social rights defended by cosmopolitans (Colás, 1994, p. 533).

### 3.2.2 Continuidades

Os três críticos deste capítulo apresentam lacunas, ao efetuarem movimento semelhante ao de seus estudos acerca da soberania estatal, na apreensão dos fenômenos da globalização e dos movimentos sociais. Ao partirem dos acontecimentos associados mecanicamente ao capitalismo, não há abertura para apreensão de suas novidades atuais.

Deste modo, trabalham a mundialização sob o signo das continuidades. Ao discutirem este tema, percebe-se uma clara postura como resposta à questão elementar se houve ou não alterações significativas. De forma curiosa, os marxistas possuem a originalidade de se dividirem nos dois campos possíveis – divisão esta assaz esquemática – da resposta a esta (Held e McGrew, 2001). Neste contexto os três autores privilegiados neste capítulo encontram-se juntos aos que recusam a compreensão de modificações importantes no momento presente.

Em outras palavras, a manutenção das relações sociais capitalistas e da sociedade burguesa garantem estas fortes continuações, ou seja, são transformações no seio das mais amplas, iniciadas com a modernidade capitalista. A mundialização constitui-se, assim, como mudança conjuntural pois não altera o conteúdo das relações estruturais que formam a parte central do capitalismo como sistema que diferencia a esfera privada de extração da mais-valia, chamada mercado (ou sociedade civil), de um domínio público de autoridade político-

jurídica soberana (Estado). No mesmo espírito, Rosenberg salienta que a interdependência das nações é resultado de relações sociais específicas já descritas no *Manifesto do Partido Comunista* (1994, p. 200).

Em termos semelhantes, Panitch salienta a participação dos Estados nestes processos ao afirmar que

capitalist globalization also takes place in, through, and under the aegis of states; it is encoded by them and in important respects even authored by them; and it involves a shift in power relations within states that often means the centralization and concentration of state powers as the necessary condition of accompaniment of global market discipline (1997, p. 86).

No entanto, a manutenção deste duplo foco estado-cêntrico e nas relações sociais capitalistas os impede de perceber mudanças fundamentais ocorridas nas últimas décadas e apreendidas no capítulo precedente, sobretudo no que toca à multiplicação de conexões trans-planetárias e – em parte – supraterritoriais, entre as pessoas.

No que toca aos movimentos sociais, Colás considera todos tidos como “novos” – críticos<sup>7</sup>, ONG, organizações humanitárias – como parte da sociedade civil que se desenvolve desde o século XVIII, com o argumento que os movimentos mais antigos já eram transnacionais. Não enxerga, portanto, uma ruptura altermundialista.

A subjetividade moderna para Colás define-se, essencialmente, no bojo das relações sociais de mercado. O autor se espelha nas formas de organização clássica da classe trabalhadora em sindicatos operários e partidos políticos convencionais. Isto se manifesta nos critérios utilizados para caracterizar os movimentos sociais, excluindo, por exemplo, certos movimentos sociais, ONG ou campanhas tidas como demasiadamente “difusas”.

Neste contexto, movimentos sociais tais como os feministas, pacifistas ou ambientalistas “emerged within the confines of a recognizable class and in response to problems and inequalities uniquely shaped by capitalism”. Ainda, “it is this mode of production, with its characteristic social relations and political structures, which to this day constrains the nature and development of modern social movements across the globe” (Colás, 2002, p. 73). Dito de outro modo,

---

<sup>7</sup> Interpretação de Walker (1988), trabalhada no próximo capítulo.

chega-se à postura de associar patriarcalismo e guerras à totalidade capitalista, abrindo fortes limites ao seu estudo.

Deste modo, o autor mostra certa incompreensão dos movimentos altermundialistas, pois seus exemplos paradigmáticos são as Internacionais – sobretudo a II e a III – consideradas simultaneamente transnacionais e interestatais. Contudo, não apreende as mudanças importantes em sua organização descentralizada – as atividades auto-gestionadas do Fórum Social Mundial como exemplo marcante – e a busca do consenso, em detrimento das votações, além da não-prioridade à tomada do Estado, características já indicadas na Introdução.

Tal entendimento parcial é observado, igualmente, na equiparação, efetuada por Colás, dos movimentos de libertação nacional aos protestos de maio de 68 como segunda geração internacionalista. A mesma parcialidade se manifesta em seu parco aprofundamento da terceira geração, definida insuficientemente como movimentos globais “rejecionistas” (*rejectionist*). Ademais, não analisa a centralidade do que ele mesmo aponta como desinteresse pela idéia de controlar o poder estatal.

Tais lacunas ligam-se à ausência de problematização acerca da “obsessão jacobina”, ponto desenvolvido na Introdução. Em outros termos, em suas análises, Colás, Panitch e Rosenberg não parecem considerar haver crise nos pensamentos e práticas dos movimentos de emancipação coletiva, pensando nas mesmas velhas receitas.

Assim, estes autores não levam em conta o triplo fracasso – do socialismo real, da social-democracia e da libertação nacional – das experiências ancoradas em tal imaginação política. Também, semelhantes limites encontram-se no que concerne a sua compreensão dos atuais processos de globalização. Isto parece ter consolidado um círculo vicioso com, por um lado, a necessidade de transformações, tendo em vista os desafios atuais – ampla pobreza, esgotamento ecológico... – e sua aparente impotência, por outro.

Isto se exemplifica quando Rosenberg afirma que governos revolucionários utilizam argumentos realistas acerca dos dilemas do Internacional e legitimam práticas e meios da *realpolitik* sem, no entanto, abraçar o realismo como explicação. Ao indicar que isto serve unicamente como um modo de justificar políticas não-populares, cria uma confusa relação entre explicação da

realidade e prática política, entre a primeira realista e a segunda, tida como marxista.

### 3.2.3

#### **Lógica circular e estática: etapismo e amarras da soberania estatal**

Os três críticos estudados estabelecem uma paradoxal – e recorrente – dicotomia entre a enorme ambição tradicional marxista de uma sociedade organizada sem Estado e classes – ou seja, além do arranjo moderno – e a moderação de suas expectativas “imediatas”, ilustrando novamente a urgente impossibilidade de alguma transformação substancial.

Colás (1994) enfatiza o poder do Estado, considerando-o tanto em seu potencial emancipatório quanto em sua natureza de obstáculo aos projetos internacionalistas. No entanto, acaba privilegiando a primeira característica, reforçando a garantia dos direitos políticos e sociais pelo Estado democrático – com destacado papel dos movimentos sociais – com ênfase na extensão da comunidade política, indo ao encontro do proposto por Linklater e criticado no capítulo precedente.

No pensamento do autor ressurgem, também, o problema da associação mecânica entre capitalismo e soberania e sua posterior resolução na comunidade de Estados socialistas, ao argüir que

cosmopolitan democracy can only be realized once the class relations which define capitalism have been superseded, and that aspiration, it has been further argued, is best secured through internationalized struggles for the democratic sovereignty of states (Colás, 2002, p. 161).

Ainda outro ponto crítico importante se situa na forte dicotomia entre o valor internacionalista e a prática nacionalista, entre os níveis de análise do Estado soberano e do sistema internacional. Isto se concretiza quando Colás afirma que “this should not undermine the cosmopolitan ambition of eventually transcending the artificial division of humanity into distinct national states – cosmopolitanism has and should continue to be a fundamental democratic value” (2002, p. 161).

Isto é percebido em Panitch, igualmente, quando este coloca que as transformações “will happen within states or not at all, but it will not happen in one state alone while the rest of the world goes on running with the bourgeoisie around the globe” (1997, p. 112). A conjuntura é internacional e os movimentos

nacionais influenciam-se mutuamente, contudo “international solidarity movements cannot be more than critical supplements to the struggles that must take place in each state” (1997, p. 113).

Deste modo, tais posturas levam a uma lógica circular e estática, devido ao etapismo e sua disparidade entre as condições revolucionárias mundiais de um dia (*le grand soir* ou *gran finale*) e o estado-centrismo atual. Este desalento torna-se claro com a análise das revoluções modernas, divididas entre seu questionamento tanto das relações sociais capitalistas quanto do Estado soberano – e, deste modo, questionadoras da separação entre política e economia e entre Estado e sociedade civil – e sua prática concreta realista. Nesta concepção, os movimentos – moldando e sendo moldados pela força sistêmica – não logram romper tal círculo vicioso.

Do mesmo modo, as dialéticas entre internacionalismo e direitos nacionais, procurando superar o dilema entre universal e particular, buscando diversidade nacional e unidade internacional, podem ser contrapostas aos malogros internacionalistas e, igualmente, aos limites do nacionalismo – internacionalista para os três – terceiro-mundista e das revoluções modernas.

Pensando nestes moldes, torna-se difícil pensar acerca do desafio proposto por Perry Anderson (1977), ou seja, refletir sobre o internacionalismo como uma prática real e não como um ideal piedoso. Neste contexto, estes internacionalistas indicam forte elo entre a não-problematização da soberania e a limitação de suas ambições às configurações políticas modernas.

Reportando-nos novamente à tradição marxista, esta nasce com o objetivo final da sociedade sem classes e sem Estado. No entanto, Marx mesmo criou uma “circularidade lógica” e um complexo quebra-cabeça, ao defender a estatização da propriedade privada mas mantendo o objetivo final do fim desta e do Estado (Fiori, 2003), conforme trabalhado anteriormente. Tal nó teórico não é levado em conta por Rosenberg, Colás e Panitch e, por isso, incorrem em erros semelhantes aos dos marxistas clássicos, apontados no capítulo prévio.

Contudo, a problematização da questão da soberania ajuda a compreender os descaminhos internacionalistas. Assim, a idéia de primeiro tomar o poder nacionalmente num ambiente de desenvolvimento desigual do capitalismo – dada a impossibilidade de revoluções simultâneas graças ao pleno desenvolvimento das

forças produtivas – levou a uma dicotomia entre o impulso de uma revolução mundial e sua realização nacional, logo parcial, tendo em vista as relações sociais capitalistas globais. Por conseguinte, isto levou ao estatismo tanto das revoluções do socialismo real, quanto da social-democracia e das experiências de libertação nacional, concretizando um tipo de bumerangue da questão soberana.

Assim, Hardt e Negri (2001) fazem contundente ataque às concepções “soberanistas” de setores dos movimentos de emancipação coletiva. Segundo estes, a vitória política da burguesia aperfeiçoou o conceito de soberania moderna, constituindo um triunfo de classe institucionalizado, com um mercado estável e novos espaços para acumular e civilizar. Neste contexto, o nacionalismo subalterno parece possuir funções progressistas, como a defesa em relação a nações mais poderosas e dominantes econômica e ideologicamente, além da unificação da comunidade. No entanto, tais características progressistas atrelam-se inevitavelmente a sua “sombra reacionária”, com as estruturas de dominação interna, tendo como exemplo o caso dos negros estadunidenses ofuscando as diferenças de classe e perpetuando relações desiguais de gênero<sup>8</sup>.

A chave para compreender esta contradição situa-se no fato que esta ambigüidade progressista mantém-se viva unicamente enquanto o conceito de nação não está vinculado ao de soberania, ou seja, quando a nação imaginada permanece um sonho. Deste modo, a estratégia de libertação nacional acaba perdendo-se no caminho devido ao artífice da soberania e leva ao poder um novo dominante. Assim,

a revolução é oferecida, de mãos e pés atados, à nova burguesia. É uma revolução de fevereiro, pode-se dizer, que deveria ser seguida por uma de outubro. Mas o calendário enlouqueceu: outubro não chega nunca, os revolucionários se atolam em “realismo”, e a modernização acaba se perdendo nas hierarquias do mercado mundial, [sendo] (...) a dádiva envenenada da libertação nacional (Hardt e Negri, 2001, pp. 150-1)<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Stuart Hall (2003), em espírito similar, ataca as identidades nacionais falsamente homogêneas e seu caráter brutal e opressor, pois ignoram as questões de classe, gênero, etnia e até de geração, utilizadas pelos Estados frente aos supostos particularismos dos outros.

<sup>9</sup> Isto é reforçado quando Negri (2003, p. 28) equipara os equívocos do socialismo terceiro-mundista aos do marxismo soviético.

Ao não considerar o Estado soberano como um problema<sup>10</sup> e, por conseguinte, problematizá-lo, os autores trabalhados neste capítulo permanecem em estruturas analíticas menos promissoras; acabam ligando-se a uma imaginação política limitada e a projetos de transformações que naufragaram e em relação aos quais não parecem buscar renová-los<sup>11</sup>.

Neste espírito, a questão mais instigante situa-se em como pensar a política além dos limites estatais. Tal desafio encontra-se em consonância com Jacques Derrida quando este apelou a uma “nova internacional”, subtítulo do seu livro *Espectros de Marx* (1993). Trata-se, ainda, de ir “au-delà du ‘cosmopolitisme’, au-delà du ‘citoyen du monde’ comme d’un nouvel Etat-nation mondial” (2004).

Após apontar certos limites na compreensão do Estado como locus privilegiado de reflexão e atuação dos movimentos sociais – na forma da imaginação política do *internacionalismo* – cabe adentrar mais profundamente nestas críticas e apreender pistas, centeios alternativos, graças ao diálogo crítico entre Walker e Holloway e seu intento de reimaginar os princípios soberanos-estatais e a solidariedade mundial.

---

<sup>10</sup> Ademais, torna-se sintomático que tais teóricos pensem o capitalismo antes como uma estrutura que um movimento, ao contrário da própria perspectiva de Marx. Assim, “socialist theorists have tended to think of capitalism as a structure, rather than to understand the structure as an effect of the capitalist movement. (...) That movement is obviously global, and it (...) has intimate relation with other great movement of modern times: statism” (Magnusson, 1994, p. 637).

<sup>11</sup> Tais concepções permanecem vivas, ainda que minoritárias, nos debates altermundialistas.